

Sumário

Prefácio	13
Fernando José de Almeida	
Apresentação	17
CAPÍTULO 1	
O protagonismo estratégico das avaliações em larga escala na articulação de políticas públicas no Brasil	23
Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	
CAPÍTULO 2	
Avaliação em larga escala e qualidade da educação: discussões advindas de uma política estadual	41
Luiz Fernando da Silva, Samara Celestino dos Santos, Janine Dorneles Pereira e Andressa Aita Ivo	
CAPÍTULO 3	
Avaliações externas: gestão, docência, políticas de <i>accountability</i> e uso de dados	68
Rodrigo Rosistolato e Diana Cerdeira	

CAPÍTULO 4

Gestão escolar em tempos de Ideb: do compromisso com a qualidade à gestão baseada em resultados 94

Andréia Melanda Chirinéa e Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

CAPÍTULO 5

Avaliação externa e *accountability* educacional: nos bastidores de um debate contemporâneo..... 114

Marilda Pasqual Schneider e Elton Luiz Nardi

CAPÍTULO 6

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), regulação e trabalho pedagógico dos professores da Educação Básica no Brasil..... 135

Célia Tanajura Machado, Liliana Soares Ferreira e Anthony Scapin Eichner

CAPÍTULO 7

Governança em rede em torno do Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) e efeitos em políticas de currículo e de avaliação 158

Eliezer Alves Martins e Maira Ferreira

CAPÍTULO 8

Testes padronizados, estreitamento curricular e papel docente: a escola e a mercantilização do ensino 186

Micheli Bordoli Amestoy

CAPÍTULO 9

As avaliações externas e em larga escala: desdobramentos e consequências não intencionais sobre o Ensino de Ciências..... 201

Paulo Sergio Garcia

CAPÍTULO 10

Avaliação das aprendizagens em Ciências: opiniões de professores do ensino secundário sobre os resultados da avaliação interna e externa..... 229

Luís Dourado e Laurinda Leite

Sobre os(as) autores(as)..... 259

Prefácio

A avaliação é um dos fenômenos sociais e psicológicos mais relevantes. Diria mesmo que é uma das necessidades humanas fundamentais, como a alimentação e o sono. Ela diz respeito à aprovação social; à valorização social. Ela fala sobre como me vejo e sou visto pela sociedade. Todos nós lutamos, organizamos, escondemos e planejamos cuidadosamente a nossa quota de aprovação social.

A roupa que usamos, o curso que vamos fazer, a profissão que escolhemos, a educação dos filhos, o gosto musical, o carro que queremos comprar, a adesão a uma linha política ou... No limite, simplificada, comemos, respiramos, dormimos para nos preparar para a sobrevivência, para o prazer libidinal, mas também para a aprovação social. A aprovação social, inclusive, nos proporciona o atendimento às demais necessidades.

Ao sairmos à rua, ou quando nos preparamos para uma festa, queremos saber tudo sobre nossa aprovação social, que vai desde o vizinho do apartamento ao lado, passa pelo porteiro e vai se avolumando até chegar ao trabalho e ao reconhecimento dos amigos (e adversários).

No trabalho, mesmo de alta complexidade, um dos modos de avaliação é também representado pela “nota”: “Quanto você ganha?”. Faixa salarial, comparação com o salário do colega que vende imóveis ou daquele que tem um modesto mercado... Avaliar o êxito social de alguém é, também, verificar o “x” de seus proventos. Quantas dracmas você ganha?

Indo para uma questão mais profunda, vemos frequentemente que as pessoas são avaliadas pelo que possuem. De novo, o número como distinção de ser e valer. Todos sabemos que o que temos não nos define... Mas — na sociedade de consumo — passa perto. Para a visão meritocrática, quase “somos o que temos”.

Portanto, avaliar faz parte do convívio humano e, na escola, não é diferente.

Os valores da avaliação na sociedade liberal-individualista-consumista-financista, que representam os critérios de atribuição de graus de aprovação, passam necessária e perversamente pelo ter, possuir e pelo merecer individualmente.

Como na avaliação escolar, as finalidades da avaliação são mais profundas e amplas, daí a nossa dificuldade de fazer uma justa e digna avaliação é também questão ideológica.

Pretender separar os grandes modelos de avaliação social, econômica, cultural e política do modo de avaliar o conhecimento produzido, apropriado e construído pelos estudantes nas escolas é, nesse contexto, bem difícil.

Por isso é que se deve, a todo o momento, denunciar esta promiscuidade pedagógico-valorativa, que é provocada e induzida pelos ditames da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos programas do Banco Mundial nas práticas avaliativas das escolas. Isso se dá tanto nos exames mensais e anuais, quanto nas grandes provas regionais e internacionais. Tal indução de valores é feita por meio de pequenas e diuturnas cobranças que milhões de professores fazem, em cada um dos 200 dias de cada ano, aos mais de 50 milhões de crianças das escolas públicas no Brasil. Por causa disso, ela ganha eficácia na formação de mentes e corações das crianças, dos professores e da própria organização curricular.

O problema se alarga quando a avaliação massiva se torna, de fato, um benefício para o próprio Estado compreender seus pontos de partida, e para melhorar a formação de professores e as revisões curriculares, quando se dedicam a uma avaliação competente, séria e

transparente. É o caso, no Brasil, de muitas prefeituras em suas Secretarias de Educação, por exemplo. Mas a avaliação e seus resultados podem ser também um ato de democracia, como prestação de contas de parte do que se faz com os recursos públicos. Quando me refiro aos recursos públicos, estou falando da vida dos alunos, dos professores, das famílias e dos gestores, que gastam sua vida no trabalho educativo ali avaliado. Não me refiro aos reais ou aos dólares, mas também a eles, pessoas e profissionais da educação.

A visão mais usual de educadores, gestores ou pedagógicos não é, nem deve ser, avessa às avaliações externas. Elas ajudam, por um lado, a rever o sentido das práticas do ensino e da aprendizagem, por outro, estimulam o pensamento estrutural sobre o currículo e a formação do educador. No entanto, a atenção contínua sobre as distorções advindas de modelos totalmente externos à nossa realidade e aos nossos currículos vem trazendo enormes equívocos entre os resultados e suas consequências políticas. No momento, mesmo que estejamos saindo de uma grande pandemia mundial, os analistas da educação que se apresentam em jornais e revistas especializadas e os resultados de pesquisas encomendadas por agentes do terceiro setor só denunciam, escandalizados, os baixos resultados de nossos alunos, mormente os das escolas públicas.

Tais constatações, repetidas e denunciadoras, apenas jogam água no moinho da desvalorização da escola pública e da crítica velada às crianças que mais sofreram os impactos da pandemia. Mais uma vez, o doente é o responsável pela sua doença e por suas consequências.

Por isso, se pensarmos em curto prazo, os sistemas de avaliação externos deveriam ocupar-se de novos modos de se constituírem como régua do possível e desejável reconhecimento avaliativo do que viveram e do que aprenderam durante os últimos três anos (2019-2020-2021), e não sobre o que não aprenderam. Pode-se ver este cacoete doentio de muitas das secretarias de educação: só ver e denunciar o que o aluno não sabe. E o que ele sabe e aprendeu?

A mais recente onda de avaliações no Brasil — pós-pandêmico — deve ter em conta novos referenciais curriculares a serem (re)

traçados a partir de um novo projeto de nação, que leve em conta as realidades restabelecidas no cenário mundial e do país. Impossível que a educação não tenha sido marcada pelo morticínio causado pela contaminação global, pela guerra na Europa, pela crise no mundo do trabalho e pelo aumento da miséria — a avaliação teria de levar em conta o que são as tais “habilidades para o século XXI”. Avaliação para o real século XXI no qual estamos entrando, nestes 20 primeiros anos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — que prevê uma reorganização e uma revisão após cinco anos de efetivação — deveria reconhecer o momento e abrir o debate sobre a BNCC e, a partir daí, reorganizar seu sistema de avaliações externas de todas as instituições do ensino básico e do universitário e, mesmo, dos cursos de pós-graduação.

Os autores deste livro percorreram longos caminhos para chegar às conclusões de seus estudos. Olharam, sentiram, leram, documentaram, compararam, historiaram e debateram entre seus pares para chegarem a apontar tendências, preocupações, riscos, práticas novas e até muitos sonhos com uma educação melhor. Vamos, com a leitura deles, acompanhá-los em seus caminhos e em suas utopias. Da utopia freiriana vista como denúncia do injusto e falso, e como anúncio do novo e da esperança.

Fernando José de Almeida
São Paulo, maio de 2022.

Apresentação

Cara leitora, prezado leitor,

A obra que você tem em mãos reúne textos diversos, contendo reflexões, estudos, resultados de pesquisas e concepções sobre um tema emergente: as avaliações externas, seus contextos e consequências, nas políticas públicas e na educação básica.

As avaliações externas atuam de fora das escolas e produzem dados que podem, por um lado, colaborar com o monitoramento da educação, assim como com a sinalização de tendências e alertas de desvios de rota; por outro, podem nos conduzir a políticas públicas de padronizações exageradas, como o estreitamento curricular e comparações descontextualizadas, com efeitos não apenas na aprendizagem dos estudantes, mas também na gestão, na formação e no trabalho do professor. Para além do tentador maniqueísmo (avaliações são boas ou ruins?), a coleção de textos reunidas neste livro mostra que, ainda que não sejam suficientes para nos levar à qualificação de todo complexo educacional, as avaliações externas são, inegavelmente, parte importante nesse esforço.

Foi na década de 1990 que os investimentos nas avaliações externas ganharam relevo na educação brasileira, com a promessa de subsidiar a promoção da qualidade na educação, recém-universalizada na Constituição Federal de 1988. Testagens, medições, *rankings*, padronização, metas, índices, sucesso e fracasso são algumas das palavras que atravessam a concepção de qualidade da educação associada

às avaliações externas. Nesse contexto, as avaliações externas têm se tornado cada vez mais centrais e desencadeadoras de reformas educacionais, tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal. Desempenham, hoje, uma política de regulação pela qual testes estandardizados têm influenciado a atividade docente em sala de aula e, conseqüentemente, o aprendizado dos estudantes.

O protagonismo dos resultados nessas avaliações implica processos de prestação de contas e responsabilização, pilares constituintes de um modelo de *accountability*. Iniciativas baseadas em princípios de competitividade, meritocracia e responsabilização — nos quais resultados de avaliações externas estão associados a pagamentos de bonificações e de premiações a escolas e professores por desempenho — são realidade cada vez mais presente.

No momento contemporâneo, compreender o papel e os mecanismos de funcionamento das avaliações externas na educação básica, para além de um tema emergente e de destaque nas agendas nacionais, torna-se imperativo na ampliação das discussões acerca de desdobramentos, efeitos e desafios que essas avaliações e as políticas a elas associadas representam para a educação.

É a atmosfera de intensificação desse movimento de reformas que nos motivou a organizar, em formato de livro, um panorama contemporâneo brasileiro sobre o tema. Essa proposição foi prontamente abraçada por colegas pesquisadores e professores convidados a escrever textos que, reunidos, subsidiassem recursos para o diálogo e o debate a respeito das avaliações externas e suas implicações para o ambiente escolar. São dez capítulos escritos por especialistas, que enxergam e analisam esse fenômeno em seus múltiplos ângulos e vieses. Buscamos incentivar as parcerias entre pesquisadores experientes, autoridades nos temas, e jovens pesquisadores, motivados a expor e dialogar sobre o assunto.

Um coletivo de vozes e de experiências que juntas costuram as páginas que compõem a presente obra: *Avaliações externas na educação básica: contextos, políticas e desafios*. Reunimos, para compor o presente

livro, textos com temáticas entrelaçadas a políticas de currículo e avaliação, BNCC, docência, gestão escolar, *accountability* e mercantilização do ensino.

As boas-vindas são dadas no capítulo 1, intitulado “O protagonismo estratégico das avaliações em larga escala na articulação de políticas públicas no Brasil”. Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto investe em posicionar as avaliações de larga escala como importantes conectores e articuladores — não inéditos nem recentes, e um tanto sorrateiros — nas recentes reformas educacionais. Entre as muitas formas de operação dessas reformas, debate-se o que o autor chama de “ocupação *proxy*”, em que o setor privado atua na condução política das pautas que lhe são convenientes.

No capítulo 2, “Avaliação em larga escala e qualidade da educação: discussões advindas de uma política estadual”, os autores Luiz Fernando da Silva, Samara Celestino dos Santos, Janine Dorneles Pereira e Andressa Aita Ivo apresentam e discutem os aspectos e os contextos atrelados à qualidade da educação, com especial atenção para as mudanças na agenda das avaliações em larga escala na política educacional no estado do Rio Grande do Sul.

No capítulo 3, “Avaliações externas: gestão, docência, políticas de *accountability* e uso de dados”, os autores Rodrigo Rosistolato e Diana Cerdeira sistematizam possibilidades e limites dos usos de dados educacionais na gestão e no planejamento pedagógico. Apresentam e analisam investigações empíricas de políticas de responsabilização de alto e baixo impacto, analisando-as. Abordam não somente as questões referentes ao currículo, ao cotidiano escolar e ao planejamento docente, mas também ao planejamento da gestão escolar (articulação com a gestão superior das redes de ensino e corpo docente) e seus desdobramentos no campo das políticas municipais de educação.

Ainda no campo da gestão, Andréia Melanda Chirinéa e Bruno Vicente Lippe Pasquarelli, no capítulo 4, “Gestão escolar em tempos de Ideb: do compromisso com a qualidade à gestão baseada em resultados”, estudam as transformações ocorridas no Estado brasileiro

a partir da década de 1990 e a proposta de avaliações externas, como mecanismo de regulação da educação, e do Ideb, como articulador de políticas educacionais. Discute-se como as avaliações externas e os dados compilados no Ideb moldaram um novo sistema de gestão escolar, com base principalmente em resultados quantitativos, demonstrados pelas duas variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica brasileira: fluxo e desempenho.

No capítulo 5, “Avaliação externa e *accountability* educacional: nos bastidores de um debate contemporâneo”, Marilda Pasqual Schneider e Elton Luiz Nardi apresentam a relação entre avaliação externa e *accountability* educacional, com vista a problematizar a finalidade do modelo utilizado para avaliar a qualidade da educação básica, consentâneo com o modelo de *accountability* educacional em voga no país. Para tanto, revisitam aspectos do debate sobre *accountability* no seio da teoria democrática moderna, e examinam a apropriação de termos e instrumentos afins por correntes gerenciais empenhadas na implantação de um novo modelo de gestão pública, no contexto da reforma neoliberal do Estado.

O capítulo 6, intitulado “Base Nacional Comum Curricular (BNCC), regulação e trabalho pedagógico dos professores da Educação Básica no Brasil”, de autoria de Célia Tanajura Machado, Liliana Soares Ferreira e Anthony Scapin Eichner, tem por objetivo discutir a relação existente entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o trabalho pedagógico realizado por docentes nas escolas brasileiras de educação básica. O capítulo nos convida a pensar a respeito dos aspectos relativos aos conhecimentos privilegiados e inseridos no currículo nacional, em situação de um país plurirregional e pluricultural. Mergulha na relação que a opção pelo modelo de competências da BNCC apresenta quanto às necessidades atuais do capital, resultando em uma política que patrocina e legitima uma regulação maior do trabalho pedagógico.

Já no capítulo 7, “Governança em rede em torno do Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) e efeitos em políticas de currículo

e de avaliação”, os autores Eliezer Alves Martins e Maira Ferreira descrevem o modo de organização de parcerias em rede em torno do Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC). Discutem sobre o (re)conhecimento de grupos e/ou agências do terceiro setor (organizações não governamentais) como produtores de políticas curriculares vinculadas à BNCC, como produtores de artefatos/materiais e de proposições formativas para a educação básica, cujas ações e práticas têm implicações nas reformas de currículo e também impactos nas avaliações em larga escala.

O capítulo 8, “Testes padronizados, estreitamento curricular e o papel docente: a escola e a mercantilização do ensino”, de autoria de Micheli Bordoli Amestoy, tece um diálogo reflexivo sobre as reformas educacionais emergentes da década de 1990 e suas reverberações no trabalho docente, novas formas de ensinar e de avaliar. Discorre sobre o papel das avaliações externas e em larga escala, assim como sobre a aproximação das políticas educacionais brasileiras à ideologia do mercado e o quanto essas políticas impactam a escola, a sala de aula e o trabalho do professor.

No capítulo 9, “As avaliações externas e em larga escala: desdobramentos e consequências não intencionais sobre o Ensino de Ciências”, o autor Paulo Sergio Garcia segue discutindo as consequências das políticas de avaliações em larga escala no Brasil. Reúne, analisa e sistematiza suas implicações sobre o Ensino de Ciências, com base em dados empíricos produzidos em uma extensa série sistematizada de pesquisas em uma das mais ricas regiões brasileiras.

Fecha-se o presente livro com o capítulo 10, intitulado “Avaliação das aprendizagens em Ciências: opiniões de professores do ensino secundário sobre os resultados da avaliação interna e externa”, de autoria de Luís Dourado e de Laurinda Leite. Os autores retratam a problemática lusitana sobre a existência de grandes diferenças entre os resultados da avaliação interna e externa no país. O capítulo apresenta e discute as opiniões de professores da área das Ciências da Natureza no contexto do ensino secundário português a respeito das

causas das diferenças entre os resultados de avaliação interna e da avaliação externa, e sobre como essas diferenças são mitigadas pelos membros da comunidade educativa.

Encerramos a apresentação do livro com nossos genuínos agradecimentos aos colegas autores, à diretoria e ao corpo editorial da Cortez Editora.

Desejamos uma boa leitura.

Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto

Micheli Bordoli Amestoy

Organizadores